



PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui. “Liturgia Higienista no Século XIX”. IN: **Revista de História da Idéias**. Vol.15. Universidade de Coimbra, 1993.

Roberto Cesar Silva de Azevedo
Departamento de História – PUC-Rio

SOBRE OS AUTORES



● Ana Leonor Pereira é doutora em letras, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pesquisadora do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra; João Rui Pita é doutor em farmácia, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Juntos desenvolvem trabalhos na área da história e da sociologia da ciência em Portugal.

PARATEXTO



- O artigo é ricamente ilustrado com publicidades da revista *Ilustração Portuguesa*, fac-simeles de capas de livros, tabelas e gráficos com os tipos de produtos anunciados na *Ilustração Portuguesa*, além de anexos com crônicas, catecismos e listagens de teses médicas e publicidades.

A OBRA



O artigo faz parte da volume 15 da Revista de História das Idéias, que é editada desde 1977 pelo Instituto de História e Teoria das Idéias da Universidade de Coimbra. O IHTI constitui uma unidade de investigação e ensino especialmente vocacionada para a história da cultura, nas suas múltiplas vertentes e numa perspectiva interdisciplinar.



Os autores acompanham a trajetória do saber higienista em Portugal durante o século XIX, quando ela passa a reclamar cada vez mais uma proeminência na normalização da vida social.



Os autores se embasam através de inúmeras obras sobre a história da ciência, em especial da medicina. Chegam também a utilizar autores que abordam o caráter psico-social do indivíduo – *homo higienicus* – do final do XIX. Nota-se também um certo diálogo com as perspectivas foulcaultianas.

Estrutura do texto:

I – ALICERCES INTERNACIONAIS; 1 – Policiar e vacinar



● O amadurecimento e institucionalização da Higiene como área de conhecimento científico vincula-se aos resultados práticos obtidos curto prazo pela vacina e pela intervenção social da polícia médica. Por conseguinte, é “através da afirmação do campo higienista que as ciências médicas reforçaram a consciência do seu valor social e político” (p.445). Instituem-se os princípios da conversão da saúde num objeto de administração pública e a prevenção vacinática.

2 – O pilar químico



● O desenvolvimento da ciência química, a partir de Lavoisier, disponibilizou para o conhecimento médico/higienista uma série de recursos para a preservação de doenças. É de grande relevância o fato de que “o laboratório químico passava a assumir-se como um precioso auxiliar da medicina em geral e da higiene em particular” (p.448), contribuindo na preparação de medicamentos e para trabalhos laboratoriais de higiene pública.

3 – inimigos fatais: animáculos invisíveis



● Há de se destacar também a significativa contribuição para a higiene pública promovidas pelas descobertas de Pasteur. A revolução pasteuriana com as “descobertas de microorganismos responsáveis por determinadas doenças infecciosas, abrem um novo horizonte às preocupações higienistas do tempo” (p.450). É ilustrativo o fato de que, principalmente a partir da metade do XIX, encontrar-mos nas Conferências Sanitárias Internacionais um grande destaque para as doenças contagiosas e a necessidade de seu combate através das trincheiras da investigação laboratorial e da administração sanitária.

4 – Enciclopedismo da higiene científica



A cientificação da higiene tem como contributos outros saberes como o da matemática social – dados estatísticos para a saúde individual e pública. Segundo os autores:

A estatística fornecia o panorama demográfico-sanitário; a análise química fazia avanços significativos no âmbito da hidrologia (análise de águas), da bromatologia, (análise de alimentos) e da toxicologia aplicadas à higiene; a microbiologia com a descoberta dos microorganismos (por exemplo, os responsáveis pela cólera, pela tuberculose, pela raiva) possibilitava um combate higiênico a dois níveis: no plano preventivo através da vacinação e do controle de focos infecciosos (exemplo: águas de consumo) e no plano propriamente terapêutico com a medicação anti-microbiana. (p.453)

Estavam lançadas, assim, as bases para o que veio a se converter na aplicação da farmacoterapia na industrialização do medicamento. A sensibilidade higienista adquiria contornos cada vez mais burgueses.

II. O CASO PORTUGUÊS; 1 – A “medicina política” de Ribeiro Sanches



● Em *Tratado da Conservação da Saúde dos povos*, obra de Ribeiro Sanches, publicada em 1756, encontramos os primeiros esforços no sentido de relacionar a atividade médica com o poder público. Sanches, fortemente influenciado pelos trabalhos de Boerhaave, propunha para as cidades da Europa uma conversão para o que chamaria de *cidade saudável* que seriam arquitetadas “segundo os ditames das aquisições médicas mais avançadas da época” (p.455). Os aspectos sanitários seriam totalmente classificados e acompanhados em sua qualidade. Água, ar, terreno, clima, além das construções, deveriam estar compatíveis com o ideal da *cidade saudável*.

2 – A dinâmica valorativa da higiene introduzida pela reforma pombalina



A Higiene passa a ser considerada como medicina preventiva. O Estado, através da universidade passa então a desenvolver um plano programático na preservação da saúde pública. No curso de medicina, disciplinas que versam a problemática da higiene: Instituições “congregava domínios da fisiologia, da patologia, da semiótica, da higiene e da terapêutica” (p.457). Assim, encontramos uma Higiene cada vez mais em vias de institucionalização, dessa forma, buscava-se desvincular de todas as práticas higienistas tidas como extra-oficiais – desautorizando-as. A ascensão da Higiene coincide – ou talvez seja uma das responsáveis – com o ocaso da perspectiva galênico-hipocrática, na qual a “compleição” das pessoas etária de acordo com o equilíbrio dos humores orgânicos (bílis amarela; bílis negra; sangue e fleuma).

3 – Tendência normalizadora na prática higienista: o exemplo da farmacopéia oficial



Uma das incumbências da revolta pombalina, através dos estatutos, de 1772, dadas à Universidade de Coimbra foi a elaboração de uma farmacopéia oficial – *pharmacopeia Geral*, de autoria de Francisco Tavares, é publicada em 1794. Com esta obra, se buscava normalizar as atividades dos boticas, que exerciam grande influência nas práticas medicamentosas da época. Já em 1835, e não mais utilizando a nomenclatura pré-lavoisieriana, é publicada o *Tratado de Pharmaconomia*, de Agostinho Albano da Silveira Pinto, que assumiu o papel de farmacopéia oficial.

O que importa sublinhar, segundo os autores, é a intensificação de “um olhar *político iluminante* que aspira ao controle higiênico do corpo social mediante práticas transparentes e uniformes ditadas soberanamente” (p. 462, grifo dos autores).

4 – Configuração da polícia higiênica



- Acompanhando o processo de institucionalização da higiene, passam a ocupar importante função os letrados, que com suas obras cumpriam um importante papel pedagógico. Nessa perspectiva destacam-se as ações de Henrique de Paiva. Químico e médico, Paiva exercia um papel de divulgador de princípios e descobertas científicas relacionadas à saúde e sua conservação, adaptando ou traduzindo obras estrangeiras.

5 – A “polícia médica” de Freitas Soares.



● Com a publicação de *Tratado de Polícia Médica: para organizar um regimento de polícia de saúde, para o interior do reino de Portugal*, de 1818, a questão higienista adquire contornos mais institucionais. A obra de José Pinheiro de Freitas Soares propõe uma presença mais abrangente da higiene, a Polícia Médica garantiria essa ação. O interesse higienista ordenaria todo um universo de vivências promovendo-lhes o bem-estar. Enterros, hospitalizações e, principalmente, casamentos, deveriam passar pelo crivo médico – no entendimento de Freitas Soares, os médicos e cirurgiões eram vistos como agentes da polícia médica. No que se refere ao casamento, Freitas Soares era enfático: “mas nem todos os homens estão nas circunstâncias de coabitar sem dano da sua saúde, e nem todos podem dar uma descendência sadia, e vigorosa; e daqui vem a necessidade de se deverem tomar medidas sobre os casamentos” (Freitas Soares, 1818, p.378, apud, Pereira e Pita, 1993, p.467-8).

6 – Atualização médico-higienista do ideal de perfectibilidade humana das Luzes



Os autores advertem que, avançando o XIX, os ideais acerca da higiene propagados pelas Luzes foram reatualizados. Noções como a de progresso da humanidade e da perfectibilidade do gênero humano continuaram norteando a fé na razão prática dos médico-higienistas, capaz de aperfeiçoar a espécie humana.

Nesse sentido, ao incorporar o ideal das luzes, a higiene não se limitaria apenas em policiar a sociedade. Ela deveria estabelecer uma ruptura com arcaísmos que aceitavam com conformação a imperfeição humana. Por outro lado, para se consolidar na sociedade, o incorfomismo higienista deveria “vencer as resistências ideológicas, a força da tradição, dos hábitos e dos interesses particulares” (p.469).

7 – A vacina: “objeto político” prioritário



Visando o “progresso das ciências e do bem público”, a Instituição Vacínica deixa claro em seu regulamento o quanto privilegia a inoculação da população. Criada pelo Estado em 1812, teve a função de legitimar a utilidade da vacina frente às desconfianças de amplos setores da sociedade. No cenário científico português houve grande polêmica sobre a eficácia da mesma.

O governo chega a recorrer a Igreja, sugerindo que os padres assumissem a função de agentes pedagógicos pró-vacina – vetores valiosos numa sociedade católica e analfabeta.

Ainda assim, o valor higienista dado para a vacina pelo governo não se converteu em confiança por parte da população. Significativo o fato de, ainda nas primeiras décadas do XIX o número de vacinados sofreu diminuição considerável.

Com efeito, em 1837 cria-se o Conselho de Saúde Pública. Para seus membros o bem-estar corpóreo é um direito individual e social; direito do povo e dever do Estado. É importante sublinhar que este reconhecimento da saúde como direito do indivíduo e da sociedade e como dever do estado era acompanhado pelo conhecimento cada vez mais aprofundado dos problemas sanitários contra os quais a vacina era tida como uma potente arma.

8 – A fixação de campos: o público e o privado



No decorrer da segunda metade do século XIX aprofunda-se a distinção entre a higiene pública e privada. Segundo trabalhos acadêmicos do período, a higiene passa a ser abordada nessas duas vertentes. É significativo também o fato de, no domínio da higiene pública, surgirem proposições praticamente eugênicas como a defendida em 1887 por Sousa Refoios: “consideramos necessária e justa uma lei que proíba o casamento aos indivíduos afetados de moléstia grave, incurável e transmissível por herança”.

9 – Higiene: o nome da ciência do biopoder



Na defesa por um primado da higiene na organização política da sociedade, Macedo Pinto afirma que:

Um bom governo, para ser o guarda tutelar da saúde dos povos, não deve tentar reforma alguma sem atender aos preceitos da Higiene [...]. Qualquer que seja a organização duma sociedade, a Higiene deve sempre presidir às suas instituições políticas, religiosas e econômico-industriais, para elucidar o governo sobre as modificações de que algum dado novo é suscetível [...]. nas instituições políticas, no que respeita ao governo de um povo, a Higiene tem subida importância. Assim, na parte judicial, deve o higienista elucidar o criminalista sobre os meios de prevenir os crimes, e de avaliar os casos que careçam de imputação criminosa [...]. o higienista deve igualmente esclarecer o legislador em muitas questões sobre as melhores garantias dos direitos do cidadão, sobre a divisão, constituição e transmissão da propriedade, sobre o sistema tributário, etc. (*Medicina administrativa e legislativa. Primeira Parte: Higiene Pública*, 1862, p.8-11; apud Pereira e Pita, 1993, p.478)

As palavras de Macedo Pinto denotam o crescente prestígio social e político da Higiene, que passa a reclamar para si um lugar de proeminência na normalização da vida social.

10 – A expansão da higiene científica



Na virada do XIX para o XX, a higiene sofre um intenso processo de cientifização sem perder, contudo, seu caráter prático. Ela passa a aglutinar em torno de si outros conhecimentos que promoveriam a organização dos serviços sanitários pelo Estado. Eram inúmeros esses saberes/poderes, os quais destacamos as arquitetos, engenheiros, autoridades administrativas, químicos, farmacêuticos, meteorologistas. Esse período também é marcado pela repercussão internacional dos trabalhos de Ricardo Jorge aplicados à saúde pública.

11 – provas reais da higiene científica



Numa epidemia, ocorrida em 1809 na cidade de Coimbra, e não identificada com precisão – especula-se que poderia ser febre tifóide ou cólera –, médicos locais recorreram a técnicas da química lavoisieriana – fumigações de gás ácido muriático oxigenado. Os resultados positivos mostraram as vantagens médico-sociais da cientifização da higiene.

Em fins do século XIX, mais um surto epidêmico – dessa vez identificado como peste bubônica – teve a higiene científica como algoz. O ano era 1899 e sob a liderança de Ricardo Jorge, a Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, através da higiene científica logrou êxito no combate à doença. Com efeito, o governo decretou em 28 de dezembro de 1899, que se regulamentasse os serviços de saúde pública no reino. Em 1901 é publicado o *Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública*. É a consagração legal do poder da higiene científica.

Contudo, as dificuldades encontradas no tratamento e cura de doenças como a tuberculose continuarão expondo as limitações e imperfeições da ciência higienista.

12 – *Cuidar o seu corpo*



Os avanços no conhecimento microbiológico e na histologia e fisiologia do corpo humano – principalmente pele, mucosas, unhas, pelos –, tornou possível a expansão social e o alargamento da saúde privada. A conscientização dos cuidados com a higiene corporal era acompanhada de perto pelo desenvolvimento da indústria química/cosmética, que passava a oferecer materiais de assepsia, desodorização, entre outros produtos para a higiene corporal.

13 – *Objetivação publicitária*



Nessa seção se destaca a projeção da temática higienista em publicações dirigidas tanto pelas classes médicas quanto por revistas pluridisciplinares e de atualidades para o público em geral. Nessas publicações se é possível notar o apelo à consciência higienista individual; sublinha-se também a divulgação dos novos avanços científicos e das biografias de notáveis da ciência na época – como por exemplo Pasteur e Koch. A higiene científica encontrava nos veículos de comunicação massa da época uma importante contribuição para sua difusão na sociedade.

14 – A Ilustração



Os pesquisadores notam que através do estabelecimento massivo de ofertas cosméticas o higienismo chega a uma fase onde ele deixa de ser uma questão estritamente médica e se estende pela área do embelezamento. Através de autores que abordam o caráter psico-social do uso de cosméticos – Jean Ann Graham e A. J. Jouhar – é possível compreender que para o indivíduo do final do XIX, cuidar do seu aspecto mediante o recurso à cosmética traz benefício, além de vantagens sociais do estereótipo que associa o bonito ao bom, o belo ao bem.

15 – Consciência: corpo de poder inalienável



Para os autores o que se pretendia atingir com a pedagogia do higienismo era “formatar uma consciência higienista privada e pública na base do princípio segundo o qual o indivíduo tinha o direito a receber a informação científica necessária para alcançar a máxima auto-determinação moral possível nesta matéria e o dever de agir de acordo com ela” (p.514).

III. Revisão – Conclusão



A higiene não pode ser situada à margem da consciência pública; ela não é pertença exclusiva da comunidade científica ou do Estado. Contudo, há de se deixar claro que em sua origem, os saberes higienistas resultaram dos trabalhos laboratoriais que viam na periculosidade epidemiológica um dos fatores decisivos na determinação do significado social da higiene. O combate à doença – que colocaria em risco toda a ordem social – sublinhou o reforço do estatuto social da classe médica alçando-a ao *status* de um saber-poder legitimador de outros saberes e de outros poderes.

No decorrer dos anos, o termo higiene vai adquirindo uma conotação social e política mais complexa, em função do alargamento do seu campo de atuação. Com efeito, é através da ciência que se passa a demarcar o saudável e o patológico no plano mental, cabendo à polícia médica a defesa dos valores liberais hegemônicos da época, ou, em outras palavras, a defesa e ordenação da sociedade.



No esforço de se expandir pedagógica e politicamente o higienismo, solapando definitivamente o que era chamado de *teoterapias*, ou rituais higienistas extra-científicos, promovia-se através de uma liturgia própria a *civilização higiênica*. É o que se pode perceber nas palavras de Ricardo Jorge em artigo no periódico *O Dia*, em 1900:

A voz da ciência, pregando a redenção física do homem, irmana-se com a voz divina daquela que anunciou a sua redenção moral. E ao seu apelo também agora uma religião se inaugura, a da salvação corporal dos povos; a sua crença é a exterminação dos flagelos, o seu rito é um perscrutar incessante no altar da experiência, nos seus templos nunca se apaga o fogo sagrado; o fervor oficiante e a vigilância do espírito nem às dos ascetas se comparam. Dum extremo ao outro do mundo civilizado criou devotos e evangelistas; quantas vezes sobre a glória do apostolado se não cruzam as palmas do martírio.

A liturgia higienista era uma religião fiscalista e geométrica, experimentalista e tecnicista. Ao colocar no altar a razão científica revela para a humanidade que o seu fim único é perpetuar-se no tempo através da redenção higiênica, perfectível de geração em geração graças à militância médico-científica.